

Recebido
Michel Gomes
12/02/2020



PARECER Nº. 002/2020/JUR.

Assunto: Ofício CGM 022/2020 – Processo seletivo SAAE.

Interessado: ANTONIO GARCIA MACIEL - Diretor Presidente do SAAE

Ementa: Recomendação. Ministério Público. Poder Executivo Municipal. Direitos fundamentais. Ponderação.

I – Relatório

Trata-se o presente instrumento de pedido de parecer proposto pelo Ilmo. Controlador Geral do Município - Ofício CGM 022/2020 – que recomendou à Presidência do SAAE, junto ao jurídico desta Autarquia "...parecer para embasar as renovações dos contratos temporários até o dia 31/12/2020".

O pedido de parecer em tela, foi feito em razão da Comunicação interna 004/2020, emitido pela Gerente de RH do SAAE e a Supervisora de Compras e Licitações, (membros da comissão que analisa o Processo Seletivo do SAAE), ao Presidente do SAAE, na qual opinaram no sentido de que o SAAE deveria evitar o referido processo ante a iminência de concurso público, já em andamento, pelos motivos postos na aludida CI.

Eis o relato sucinto, ao que passamos à análise.

II - Dos fatos

Como se observa da síntese posta, trata-se de análise de razões para "...embasar as renovações dos contratos temporários até o dia 31/12/2020."

O CGM informa que, recomenda à Administração Municipal que cumpra as 'determinações/orientações emanadas tanto da 5ª promotoria de Sete Lagoas quando da 2ª Câmara do TCE/MG.

Diz ainda que "...compete ao Ilustre Presidente analisar a viabilidade do SAAE adotar de forma imediata as aludidas recomendações."

Consoante documentos anexos, em contato direto entre a Autarquia e a 5ª Promotoria do Ministério Público de Sete Lagoas, em reunião do dia 08/10/2019 (ata

anexa) já foi avençado entendimento no sentido de se realizar concurso público para o SAAE onde serão contemplados **TODOS** os cargos que se fizerem necessários, inclusive aqueles hoje ocupados por servidores contratados temporariamente, como se comprova com documentos anexos (ata de reunião).

As decisões tomadas pela Autarquia, foram todas informadas ao representante do Ministério Público, em ofícios 310, 394, e 483/SAAE/PRESO/2019, conforme cópias anexas.

Ante tal avença, foi criada Comissão através da portaria número 39 de 26/11/2019 (cópia anexa), para análise do encargo e, após reuniões (atas anexas) através de ofício desta comissão foi contratada empresa especializada na realização de Estudos de Planos de Cargos e Salários, para orientar a efetivação de CONCURSO PUBLICO na Autarquia, tendo sido a empresa FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (cópia de contrato anexa), para levantamento dos cargos necessários, como se observa de documentos anexos. Impõe informar que trata-se de estudo para levantamento de cargos necessários à continuidade do serviço, que abrangerá cargos CONTRATADOS, comissionados e outros que se fizerem necessário nos quadros da Autarquia.

Já foi emitido TR para pagamento da referida empresa e todos os andamentos foram devidamente informados ao Ministério Público, em ofício, cujas cópias seguem anexas.

Isto posto, entendo, smj, que a realização de Processo Seletivo, **concomitantemente a um concurso Público já na iminência de ocorrer**, seria, como informado na CI e comento, "...onerar o erário com ações desnecessárias..." além de causar "...transtornos administrativos e burocráticos.", como entendeu a comissão quando diz:

"Considerando a recomendação do Ministério Público que a Autarquia promova concurso público;

Considerando que o SAAE, através da Ordem de Compra 135625 de 29/01/2020, já contratou a Fundação João pinheiro para revisão e modernização de PCCS, bem como a reorganização administrativa, e que, após esse processo será realizado o concurso público com previsão para o segundo semestre de 2020;

Na reunião que tivemos dia 31/01/2020 com representantes da Comissão de Processo Seletivo do Município tomarmos ciência da complexidade da elaboração do mesmo que chega a ser um mini concurso e em curto espaço de tempo.

Sendo assim, com intuito de evitarmos onerar o erário com ações desnecessárias, bem como evitar transtornos administrativos e burocráticos, sugerimos sem ferir nenhuma legislação vigente, bem como incorrer em ilegalidade, darmos continuidade apenas no concurso público que está previsto para o segundo semestre de 2020, renovando os contratos temporários até o dia 31/12/2020". (grifamos).

Destarte, entendo que a sugestão da Comissão posta na CI em anexo, por si embasa o pedido de renovação dos contratos até final do ano, como tem sido feito por toda a Administração Pública do Município, visando preservar o erário de gastos, smj, desnecessários.

E ainda, impõe informar que a saída dos atuais ocupantes de cargos contratados pela Autarquia em função de rescisão contratual, cujos instrumentos foram renovados com vencimento no dia 31/03/2020, causará um passivo funcional que certamente vai inviabilizar a continuidade dos serviços em diversos setores do SAAE, e consequentemente grande desserviço à população.

Lado outro, percebe-se que a Recomendação 001/2018 citada pelo Ilmo. Controlador, diz respeito à Secretaria Municipal de Saúde, e a decisão do TCEMG, alude à prefeitura de Francisco Badaró, situações que, com a devida vênia, entendo que não se estendem a esta Autarquia, haja vista não ter efeito erga omnes.

E ainda, é entendimento na doutrina pátria:

"O objeto da recomendação pode ser desde a adoção de medidas que estão sob o juízo discricionário da Administração Pública até medidas que só podem ser determinadas por força de executoriedade do Poder Judiciário. Caberá ao recomendado, a seu critério, acatar ou ignorar a medida, não incorrendo em ilegalidade caso opte por se manter inerte, devendo, entretanto, providenciar a imediata e adequada divulgação da recomendação,

bem como emitir uma resposta por escrito ao Ministério Público, caso tenha havido alguma requisição nesse sentido por parte do membro do parquet”.

[https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-95/analise-critica-sobre-o-instrumento-da-recomendacao-do-ministerio-publico-ao-poder-executivo-federal/#_edn3][http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_4160/artigo_sobre_instrumentos_de_atuacao_extrajudicial_do_ministerio_publico]

Não foram objetos de questionamento pelo CCG, os contratos já firmados pelo SAAE, e nem houve análise destes instrumentos de forma individualizada, porém, nos foi informado que ambos obedeceram aos ditames da lei Municipal que os rege.

Entretanto, **entendo ser necessária e devida a realização de PROCESSO SELETIVO para a contratação temporária, nos termos postos no ofício da CGM, e que esta medida deve ser tomada tanto pela Administração Direita como Indireta** por força de lei e entendimentos jurisprudenciais do TJMG a exemplo do seguinte que diz:

Agravo de Instrumento-Cv 1.0414.18.002028-4/001 1199934-55.2018.8.13.0000 (1)

Relator(a)

Des.(a) Ângela de Lourdes Rodrigues

Órgão Julgador / Câmara

Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL

Súmula

DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

Comarca de Origem

Medina

Data de Julgamento

28/03/2019

Data da publicação da súmula

11/04/2019

(...) O colendo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 658.026/MG, submetido à Repercussão Geral, fixou a tese de que "O conteúdo jurídico do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal pode ser resumido, ratificando-se, dessa forma, o entendimento da Corte Suprema de que, para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração."

Contudo, no caso específico do SAAE, conforme dito, houve o acatamento da Recomendação do Ministério Público, que está sendo posta em prática através, não de processo seletivo simplificado, mas através de realização de CONCURSO PUBLICO, haja vista tratar-se de serviço essencial à população que não pode sofrer solução de continuidade de sua prestação à comunidade.

IV - Conclusão

Por todo o exposto, coaduno meu entendimento com a posição da Comissão e entendo ser viável a prorrogação dos contratos já existentes até o dia 31/12/2020;.

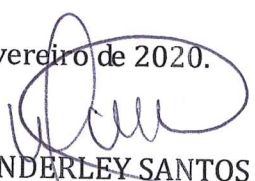
Entendo ainda ser desnecessária e onerosa a realização de Processo Seletivo, juntamente com realização de Concurso Público, haja vista que ambos visam o mesmo objeto (reestruturação organizacional de cargos do SAAE e **acabar com contratos administrativos**), sendo que o primeiro seria temporário e o segundo definitivo.

Logo, deve-se dar continuidade à realização do concurso Público, que tratará solução definitiva, eliminando de vez a necessidade de contratações temporárias, da forma como tem sido feita pela Autarquia Municipal.

Este é o nosso entendimento, que segue em caráter meramente opinativo, fundado nos dispositivos e documentos aludidos, o qual submeto ao crivo do douto Presidente da Autarquia para apreciação e deliberação.

Entendo ainda que, **nos termos do artigo 21 da Lei Complementar 143/2011** o presente parecer dever ser, submetido à análise do Procurador Geral do Município, e do Ilmo. Corregedor Geral do Município, para se evitar entendimento discrepante e em atendimento ao pedido do CGM, citado em epigrafe no preâmbulo.

Sete Lagoas, 13 de fevereiro de 2020.


WANDERLEY SANTOS
Proc. Municipal/SAAE
OAB/MG nº. 74956

Ao. Ilmo. Sr. Presidente.
ANTONIO GARCIA MACIEL